



CARACTERIZAÇÃO DA TRAJETÓRIA DO POLO DE INFORMÁTICA NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS-BA, ENTRE OS ANOS DE 1995 E 2013

GT 1 – Economia Regional e Baiana

Angye Cássia Noia¹

RESUMO

Este artigo tem a finalidade de demonstrar a trajetória de estruturação do Polo de Informática de Ilhéus, destacando características acerca de seu perfil, desempenho, resultados e entraves operacionais. Para isso, optou-se por uma pesquisa de natureza descritiva e comparativa, sustentada preponderantemente em aspectos qualitativos, fazendo uso complementar de dados secundários quantitativos. Para a coleta de dados utilizou-se a pesquisa documental em fontes como relatórios oficiais, notícias em jornais e pesquisas já realizadas sobre o Polo. Pode-se verificar que apesar do pontapé inicial, dado pelo governo do estado da Bahia, com o decreto 4.316/1995, que fomentou a atração de indústrias para o município de Ilhéus, através de isenções fiscais e disponibilização de infraestrutura, em qualidade precária desde o início, não houve acompanhamento e continuidade de ações governamentais para a estruturação do Polo e do desenvolvimento industrial no interior do estado. O potencial do Polo, mesmo com indústrias de perfil montador, não foi explorado através da ampliação e estruturação do segmento no município, além disso, essa característica originária não evoluiu devido à ausência de investimentos significativos em P&D.

Palavras-chave: Interiorização do desenvolvimento. Polo de Informática. Ilhéus. Bahia.

1 INTRODUÇÃO

Ao retomar o processo de formação do setor industrial nacional, quando foram transferidos recursos da produção de café para alavancar o setor industrial, observa-se que na Bahia, no mesmo período, esse processo foi subsumido com a inserção de uma nova cultura agrícola, a produção do cacau, que veio a sustentar a economia do estado, em crise pela

¹ Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas – DCEC, da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (BA). Doutora em Ciências Sociais, com ênfase em Políticas Públicas e Desenvolvimento, pelo Programa de Pós-Graduação em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade (CPDA/UFRRJ-RJ). Mestre em Cultura e Turismo (UESC-BA). Graduada em Economia (UESC/BA). E-mail: angyecassianoia@yahoo.com.br.



decadência do açúcar e estagnação do algodão e do fumo (PESSOTI, SAMPAIO, 2009). De acordo com os autores,

[...] a concentração dos recursos, voltada ao desenvolvimento do cacau, lembrava a devoção dos agentes econômicos nacionais à cafeicultura, que permaneceram surdos durante longas décadas aos apelos de buscarem uma política industrial efetiva para o país. [...] Se, na Bahia, não foi o capital cacauzeiro que alavancou o processo de industrialização, ao menos ele contribuiu para retirar a economia baiana do marasmo em que se encontrava (PESSOTI, SAMPAIO, 2009, p. 37).

Após o período de ênfase na agricultura, as discussões relativas à expansão da industrialização no estado foram retomadas na década de 1950 devido a uma conjunção de fatores favoráveis: a implantação da Refinaria Landulfo Alves, o surgimento do Banco Nordeste, a usina hidrelétrica de Paulo Afonso e o início do planejamento econômico para o desenvolvimento da Bahia. O planejamento foi essencial para possibilitar a mudança nas vertentes econômicas do estado, cujas ações seriam executadas pela Comissão de Planejamento Econômico (1955), embasada em uma perspectiva industrialista (CAVALCANTE, 2008).

O apogeu do processo no estado se deu com a construção do Complexo Petroquímico de Camaçari, em 1970. A guerra fiscal que é realizada nos anos 1990, para atração de indústrias para o estado, pode ser explicada, em parte, pela descentralização motivada pela Constituição de 1988, que ampliou os espaços de disputa entre os entes federados, e, significativamente, pela falta de uma política que atendesse ao desenvolvimento nacional e regional (CAVALCANTE, 2008). Foi transferida aos estados a responsabilidade pela gestão do desenvolvimento. Aqueles que participaram diretamente da formação e acumulação de riqueza tiveram um cenário promissor, os que ficavam à margem do processo, como foi o caso da Bahia, viram-se diante da abertura comercial com entrada de capitais estrangeiros, sem infraestrutura socioeconômica e logística consolidadas. Ao setor industrial baiano restaram as guerras de isenção e incentivos fiscais para atrair os investidores e diversificar a estrutura produtiva do estado, frente ao paradigma o neoliberal (BALANCO; NASCIMENTO, 2005; PESSOTI; SAMPAIO, 2009).

De acordo com Andrade (1987), a desigualdade dos processos é marcante quando comparados, principalmente, às regiões sudeste e sul, que se tornaram eixos dinâmicos de desenvolvimento do país, com maior atração permanente de capitais. Essa disparidade



econômica foi sendo modificada com frentes de industrialização, coordenadas por políticas públicas que atraíram capitais para a região Nordeste.

A tentativa de diversificação produtiva no interior começou a ser vislumbrada com incentivos à formação de distritos industriais regionais em contraposição à dinâmica concentradora na Região Metropolitana de Salvador. Nesse contexto, foram criados os distritos industriais de Ilhéus, Itabuna e Itabela. De acordo com Carvalho (1998, p. 11-12), ao final da década de 1950, a SUDENE “selecionou núcleos urbanos capazes de desempenhar funções estratégicas dentro de suas respectivas áreas de influência, mediante dinamização do setor industrial, fazendo parte do Programa de Distritos Industriais – PRODIN, ligado à Secretaria de Indústria e Comércio”.

Ações desta natureza serviriam não apenas como oportunidade de interiorização do desenvolvimento e redução das desigualdades regionais, mas também como um instrumento para evitar o deslocamento de mão de obra excedente (desempregados) para a região metropolitana de Salvador. Assim, a alocação do distrito industrial foi definida para o município de Ilhéus em 22/11/1973, através do Decreto Estadual nº 23.823, pelos diferenciais em infraestrutura e logística – rodovias integradas a um escoadouro de porte internacional na época, o porto de Ilhéus, e um aeroporto em funcionamento. Mas o distrito se resumiu em grande parte às indústrias moageiras de cacau, outros segmentos não foram estruturados.

É nesse cenário que os olhares se voltam para a cidade de Ilhéus, Bahia, que vivenciou os dois cenários, a centralidade agrícola na produção do cacau e a busca pela industrialização como mecanismo de reversão da crise na década de 1990, com a infestação do fungo da vassoura de bruxa na região (1989). Apesar de a economia cacaueira ter chamado a atenção para o sul do estado como uma organização espacial que despontava em função da capacidade de geração de riqueza, os esforços ficaram concentrados na monocultura por muitos anos, sem indução de investimentos em diversificação produtiva.

Assim, a industrialização se expande no município como resultado do planejamento estadual em prol da interiorização da indústria baiana, tendo sido implantado, em 1995, o Polo de Informática e Eletro-Eletrônicos de Ilhéus (PII), concentrado na área do Distrito Industrial. Resulta, portanto, de uma ação de fomento do Governo da Bahia, visando a revitalização da economia do município de Ilhéus e seu entorno. Nesse sentido, busca-se analisar de forma descritiva e comparativa, a trajetória do Polo de Informática no município, buscando identificar seus avanços, entraves e potencialidades a partir de dados secundários.



2 POLÍTICAS DE INTERIORIZAÇÃO INDUSTRIAL NA BAHIA

Menezes (2000) argumenta que a industrialização na Bahia assumiu um caráter complementar e dependente em relação à industrialização no sudeste do país, restringindo-se à produção de bens complementares. Quanto à questão espacial, os processos de acumulação de capital foram concentrados na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Nesse cenário, “os entraves à dinâmica de redimensionamento da espacialização produtiva baiana residiam na insuficiência de infraestrutura, nas pressões políticas regionais e nas dificuldades de acesso aos mercados, principalmente internacionais” (PESSOTI; SAMPAIO, 2009, p. 40). A gravitação da economia estadual em torno desse espaço, a RMS, “onde ainda hoje se encontra a quase totalidade dos fluxos de mercadorias, dificultou a constituição de núcleos urbanos de médio porte, capazes de funcionar como polos regionais de desenvolvimento” (MENEZES, 2000, p. 26).

A política estadual de incentivo fiscal e financeiro se expandiu com suporte do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia – PROBAHIA, criado em 1991, agregado a programas específicos, bem como através do fortalecimento de parcerias com o setor privado para a atração de capitais (MENEZES, 2000).

É justamente a partir daí que começam a atuar os condicionantes internos, favorecendo o desempenho da Bahia. A atuação agressiva na guerra fiscal é um desses condicionantes. Evoluindo de um programa geral como o ProBahia² para programas específicos, como o BahiaPlast, o Procobre, os incentivos ao desenvolvimento da informática no Polo de Ilhéus, o Agrinvest e o esforço de atração da Ford, entre outros, a política de captação de investimentos assume maiores visibilidade e efetividade (MENEZES, 2000, p. 48).

Segundo Souza e Pacheco (2003) citados por Balanco e Nascimento (2005, p. 40) o objetivo central do ProBahia foi “diversificar a malha industrial do estado, estimular a transformação de recursos naturais, interiorizar o processo de industrialização e de reforço da capacidade tecnológica”. Apesar disso, continuava a dinâmica de concentração de recursos na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Conforme dados apresentados por Balanco e Nascimento (2005), entre os anos de 1992-1996, dentre o total de projetos desenvolvidos,

² PROBAHIA – Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia. BAHIAPLAST – Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformação de Plásticos na Bahia, firmado entre o Governo do Estado da Bahia, a Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB e as empresas do Polo Petroquímico de Camaçari. PROCOPRE – Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial da Mineração, da Metalurgia e da Transformação do Cobre. AGRINVEST – Programa de Modernização da Agricultura Baiana.



45,8% estavam previstos para a RMS e o restante, 54,2% a ser distribuído pelos demais projetos no interior do estado.

No período de 2000 a 2005 esteve em vigor o Programa Desenvolve, que reforçava a ideia de diversificação produtiva na Bahia, porém, ao analisar os resultados entre projetos propostos e executados no período, Pessoti e Sampaio (2009) chegaram à conclusão de que os investimentos continuaram concentrados em três segmentos específicos: o químico e petroquímico, transformação petroquímica e atividade mineral e beneficiamento. Sendo que o destaque do segmento de metal-mecânico resultou da intervenção do Complexo Industrial Ford no estado.

Nesse contexto, dentre ações em todo estado da Bahia para instalar novos segmentos como os setores têxtil, de calçados, eletrônico, químico, automobilístico e de papel e celulose, novos olhares começaram a ser gestados para o município de Ilhéus com a implantação do Polo de Informática e Eletro-Eletrônicos, em 1995, no Distrito Industrial de Ilhéus. Cavalcante (2008, p. 132) avalia que “os esforços e os efeitos identificados [nesta ação] parecem estar mais associados ao aparecimento de oportunidades específicas do que propriamente a um processo estruturado de seleção de projetos de investimentos” que se enquadrem ao planejamento estatal do desenvolvimento regional. No entanto, o setor de eletro-eletrônicos, instalados no interior (Ilhéus e Feira de Santana), continua tendo baixa significância para o estado, uma vez que, grande percentual dos recursos ainda é conduzido para o Polo de Salvador.

3 BREVE HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO DO PII

O Polo de Informática de Ilhéus – PII foi implantado em 19 de junho de 1995, através do Decreto Estadual nº 4.316. Apesar de convencionalmente ser denominado Polo de Informática, o PII é constituído por empresas com ênfase em montagem de equipamentos de informática e eletro-eletrônicos.

Nesta década, o contexto para a interiorização da indústria na Bahia foi viabilizado em função dos incentivos e isenção fiscal propostos nas políticas públicas que visavam o crescimento industrial no estado, especialmente após o ano de 1991, com a instituição do PROBAHIA. Seguindo essa mesma linha, em 05 de dezembro de 2005, o governo da Bahia instituiu, por meio da lei 9.833, o Programa Estadual de Incentivos à Inovação Tecnológica –



INOVATEC, prevendo abatimento nas contribuições das empresas através de investimentos realizados através de convênios firmados com instituições de pesquisa. Nesse sentido, o decreto estadual supracitado figurou como mecanismo de atração de indústrias de informática, eletrônica e comunicações para Ilhéus e entorno, visto que o decreto abria brechas para que indústrias usufríssem dos benefícios fiscais do decreto sem a obrigatoriedade de instalação no município de Ilhéus.

As fragilidades infraestruturais, logísticas e de apoio a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) disponíveis em Ilhéus, na época, já suscitavam críticas. Além disso, comparativamente à cacauicultura, a geração de emprego nas indústrias seria reduzida, muito embora os efeitos econômicos diretos, indiretos e induzidos, tanto no setor privado quanto público, apresentavam potencial. Além dos aspectos fiscais o governo da Bahia e a prefeitura municipal sustentaram a atratividade de empresas para o PII com disponibilização de infraestrutura local (ainda precária) ou espaços para instalação das indústrias e mão de obra barata, que mascaram as desvantagens competitivas.

Segundo Santos (2005), dentre as desvantagens, podem ser consideradas a localização e as formas de acesso ao mercado principal mercado consumidor de produtos eletrônicos bem como proximidade a fornecedores especializados, concentrados nas regiões sudeste e sul do país. Essa questão seria exacerbada com as limitações logísticas do aeroporto e porto de Ilhéus que não dispõem de terminal alfandegário, impondo a movimentação de cargas via aeroporto de Salvador, Minas Gerais ou São Paulo e uso do modal rodoviário até Ilhéus.

Dentre as condições fiscais atrativas pode-se citar a negociação da alíquota de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), a isenção de imposto de renda por 10 anos, com possibilidade de expansão de parte dessa concessão, além de negociações da tributação incidente na movimentação de mercadorias, por ser um segmento que necessita de importação de peças e escoamento de produtos finais (CARVALHO, 1998). Destaca-se ainda a redução/isenção do IPI (imposto sobre produtos industrializados), isenção de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e de ISS (Imposto sobre Serviços), pelo prazo de 10 anos, com possibilidade de prorrogação. Além disso, poderiam contar com incentivos federais através da SUDENE e do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT (SILVA, 2001).

A isenção ou mesmo a redução da carga de impostos tem a contrapartida normatizada pela Lei de Informática, do Ministério da Ciência e Tecnologia, que prevê o investimento de recursos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e formação de capital humano, como forma de reverter benefícios para a sociedade. No entanto, o decreto do estado não vinculava a



obrigatoriedade da aplicação de recursos para P&D na região. De acordo com a proposição da lei de informática,

para qualquer benefício conseguido, a empresa desloca, anualmente, pelo menos 5% do valor do faturamento bruto obtido com a comercialização de bens e serviços de informática no mercado interno. Destes 5%, no mínimo 2,3% destinam-se, obrigatoriamente, a financiar projetos de pesquisa em Universidades, Institutos de Pesquisa e outras entidades brasileiras de ensino oficial reconhecidas observando-se que percentual não inferior a 1% aplica-se em projetos desenvolvidos por entidades em nível nacional (SILVA, 2001, p. 15-16).

No caso do Polo de Informática de Ilhéus, a redução de 75% do imposto de renda devido foi condicionada a investimentos em pesquisa e desenvolvimento de projetos produtivos na Região Nordeste (SILVA, 2001), extrapolando, portanto, as fronteiras do município e dificultando o enraizamento de processos necessários para a consolidação do PII, como investimentos em P&D, criação de parcerias e institucionalização de novas práticas.

Nesse sentido, o decreto estadual foi criado com incoerências que prejudicaram a expansão do PII, com destaque para empresas que poderiam figurar como âncora poderem se beneficiar dos atrativos ofertados e se instalaram em outros municípios, a exemplo de uma fábrica da Semp Toshiba instalada na cidade de Salvador. Nas palavras do superintendente da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM), Antônio Carlos Matias, em notícia veiculada no jornal Correio da Bahia (2007, p. 3), informou que, no caso da Semp Toshiba, que pode ser estendido a outras empresas, “a legislação [decreto do governo do estado da Bahia] permite que empresas que invistam mais de R\$ 50 milhões e tenham duas linhas de produção distintas possam se instalar fora de Ilhéus e desfrutar dos benefícios fiscais”.

4 CARACTERIZAÇÃO DA TRAJETÓRIA DO POLO DE INFORMÁTICA

Com base no relatório de avaliação elaborado pelo Governo da Bahia (1999), nos primeiros 5 anos de implantação do Polo, existiam 12 empresas atuando nesse segmento, sendo a maior parte constituída de micro e pequenas empresas, com exceção da Microtec (Bahiatec) e Waytec, ambas responsáveis pelas maiores taxas de geração de emprego, 467 e 323, respectivamente; considerando o total de 970 empregos diretos gerados no Polo, conforme Tabela 1.



A produção era destinada ao atendimento das demandas do mercado nacional e baiano, gerando no acumulado de janeiro a junho de 1999, R\$ 77.961 milhões, com a operação das 12 empresas instaladas. No ano anterior, 1998, o valor da produção atingiu US\$ 186.227 milhões (montante seis vezes superior ao ano de 1997). Esse crescimento exponencial foi um reflexo da fusão entre as empresas Microtec e Bahiatec, com a transferência da linha de produção em operação na cidade de São Paulo para Ilhéus (GOVERNO DA BAHIA, 1999).

Tabela 1 – Emprego e produção das empresas do Polo de Informática de Ilhéus, jun. 1999

EMPRESAS	EMPREGOS	PRODUÇÃO			
		VALOR* (Em R\$ 1.000)	PERFIL	DESTINO**	
				Brasil	Bahia
Microtec (Bahiatec)	467	51.000	Computadores	95%	5%
Waytec	323	10.260	Monitores e Monitores LCD	100%	
Novadata	8	4.631	Computadores	100%	
Login	6	3.800	Computadores	25%	75%
Bitway	27	3.130	Computadores	30%	70%
Netgate	29	1.378	Computadores	20%	80%
World Express	21	1.193	Computadores	25%	75%
Interlink	10	829	Produtos para Redes	91%	9%
Unicoba***	25	659	Eletroeletrônicos	97%	3%
Preview	9	600	Computadores	30%	70%
Chipnet	4	353	Computadores	1%	99%
Begônia	41	128	Monitor e Teclado	10%	90%
TOTAL	970	77.961	-	-	-

* Valores acumulados janeiro-junho de 1999 (pesquisa direta).

** A única empresa que atualmente exporta para o MERCOSUL, através de sua sede em São Paulo, é a Unicoba. Microtec e Begônia estão em fase de preparação.

*** Eletroeletrônicos produzidos: ferro de soldar, sirene para alarmes etc.

Fonte: Governo da Bahia (1999, p. 3).

No que se refere à mão de obra³ empregada no período, há que considerar o baixo nível de qualificação exigido, ensino médio na maioria dos casos, visto que o perfil das empresas é o de montadoras. De acordo com dados do SINEC, Sindicado das Indústrias de Eletroeletrônicos de Ilhéus (criado em 1998), grande parte dos funcionários é composta por trabalhadores assalariados, destacando benefícios que são concedidos pelas empresas, cada uma tem sua própria política. O treinamento costumava ser efetuado na própria empresa e através de cursos de capacitação oferecidos pelo SENAI, sempre voltados para a execução de funções específicas. São poucos os empregados que necessitam ter nível superior por não

³ À época, o salário padrão considerado no comércio local e pelo patronato era de R\$ 190,00, adotado como piso salarial nas contratações efetuadas para o PII.



haver necessidade de pessoal preparado para desenvolver novos processos e produtos. A maior parte destes está atuando em empresas que possuem Processo Produtivo Básico (PPB)⁴, pois exigem maior preparo técnico (GOVERNO DA BAHIA, 1999).

Quanto à produção de computadores, a Bitway aumentou seu patamar de 823 computadores (em 1997) para 4.000 unidades em 1998. Pode-se dizer que a Microtec detinha 64,5% de toda produção de microcomputadores do Polo de Informática. De acordo com o relatório, 32.071 computadores teriam sido produzidos no período. Além dos computadores, foram produzidos 65.791 monitores e 84.000 equipamentos eletroeletrônicos (peças e componentes de baixo valor agregado). A produção de monitores foi iniciada no ano de 1998, pelas empresas Begônia, Microtec e World Express, com aproximadamente 104 mil unidades (GOVERNO DA BAHIA, 1999).

No ano de 1999, a entrada da Waytec ampliou a produção de monitores em 45.000 unidades, assumindo 68% da produtividade do Polo nesta linha, e passou a responder por aproximadamente 13% da demanda nacional de monitores, inclusive os de cristal líquido. Mas, neste mesmo ano, o Polo apresentou queda na produção total, em relação ao ano de 1998, gerando receita por volta de US\$ 125 milhões (GOVERNO DA BAHIA, 1999).

Mesmo com as fragilidades estruturais, o Polo apresentou uma tendência crescente desde o início de sua implantação, como pode ser observado na Figura 1. O faturamento anual foi elevado significativamente entre os anos de 1997 e 1998 devido à fusão das empresas Microtec e Bahiatec, já citada. A partir daí o número de empresas foi sendo elevado, ampliando a produtividade do PII, saltando de um faturamento anual da ordem de R\$ 695 milhões em 2001 para R\$ 2 bilhões em 2007, melhor resultado obtido no Polo. No ano de 2008 já se observam os resultados da crise mundial iniciada em 2008, visto que as empresas do Polo são dependentes de importação de peças para seu funcionamento e demandam atrativos fiscais para sua manutenção de suas operações. Entre os anos de 2009 e 2012 não foram encontrados dados registrados, sendo que em 2013, segundo SINEC (2013), o PII teria faturado em torno de R\$ 1,3 bilhão.

⁴ “Empresas com PPB são aquelas que possuem fabricação interna com níveis de valor agregado local compatíveis com as características de cada produto (montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso; integração das placas de circuito impresso e das partes mecânicas na formação do produto final, entre outras etapas)” (GOVERNO DA BAHIA, 1999, p. 2).

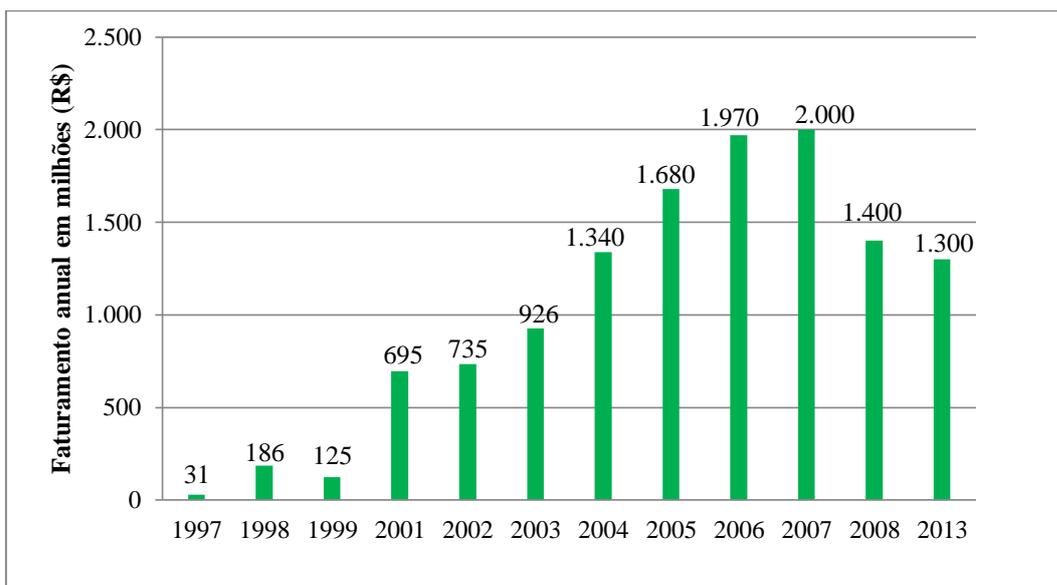


Figura 1 – Faturamento Anual do Polo de Informática de Ilhéus.

Fonte: Dados extraídos de Oliveira e Pitombo (2009) e SINEC (2009; 2013), com adaptações.

No ano de 2004, Santos (2005) informa que o PII era constituído por 44 empresas em operação e 6 em fase de implantação. É curioso observar que “64,7% das microempresas foram fundadas entre os anos de 2001 e 2003” (SANTOS, 2005, p. 60), enquanto que as empresas de médio porte instalaram-se entre 1995 e 2000. Santos (2005) explica que essa ocorrência é resultante da maior probabilidade de falência relacionada a microempresas e da pouca dificuldade apresentada aos entrantes desse mercado. Entre os anos 2001 e 2003, em média, 14 empresas abriram falência, enquanto 15 novas empresas passaram a integrar o polo.

De acordo com o SINEC (2009), no ano de 2007 foram gerados 1.642 empregos diretos e 1.600 temporários, distribuídos entre as 74 empresas ativas, crescimento significativo em relação as 12 empresas instaladas até o ano de 1999. Conforme dados do SINEC (2009), dentre as 74 empresas filiadas até então, 3 são do setor de elétrica, 21 de eletrônica, 48 de telecomunicações e 2 exclusivas de informática. Do total de empresas em operação, 40 empresas do PII são beneficiadas pela lei de informática. De acordo com o SINEC (2014), atualmente, cerca de 30 empresas operam no Polo, representando uma queda superior a 50% do verificado em 2007. Dentre os motivos para a saída das empresas forma citados problemas financeiros e o elevado incentivo fiscal oferecido em outras regiões do país.

Ainda no ano de 2007, o SINEC (2009) informa que a arrecadação de ICMS teria chegado a R\$ 24 milhões, representando 53% do recolhimento do município. As compras de materiais e peças necessárias ao processo de montagem, efetuadas no estado da Bahia,



ultrapassaram R\$ 130 milhões, as efetuadas em outros estados somaram R\$ 640 milhões, fator que demonstra a fragilidade da estrutura existente na região e a incipiência de parcerias e articulações para estruturação das indústrias no município.

Em 2008, com a crise econômica mundial, o Polo de Informática, constituído de 74 empresas, foi afetado significativamente, com redução da produção e queda do faturamento em R\$ 600 milhões. Cerca de 700 trabalhadores foram desempregados, conforme estimativa realizada pela Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia (OLIVEIRA; PITOMBO, 2009). Os autores informam ainda que cinco empresas migraram para outras localidades: a “Megaware e a Cmos-Drak se delocaram para a Grande Belo Horizonte. As outras três, Linear, Sense e Waytec foram para Santa Rita do Sapucaí”; um pequeno município mineiro, com população em torno de 35 mil habitantes com o dobro do PIB per capita observado em Ilhéus⁵, por ser considerado “vanguarda na indústria eletrônica” e reconhecido como referência em qualidade de mão de obra.

Além destas, pelo menos seis empresas fecharam as portas, a exemplo da Syntax, Netgate, Notcel e Ecimex. Antes dessa crise, o então Secretário de Desenvolvimento Econômico do município de Ilhéus, Alfredo Landim, afirmou que o Polo chegou a responder por 50% da arrecadação de ISS (Imposto sobre serviços). Em 2009 passou a contribuir com apenas 25% (OLIVEIRA; PITOMBO, 2009). O PII chegou a ser responsável pelo atendimento de 20% da demanda nacional de computadores fixos e portáteis, após a crise deve estar respondendo por volta de 10% (SINEC, 2009). Atualmente, responde por cerca de 7% a 8% da demanda nacional (SINEC, 2014).

No que se refere ao destino das vendas dos produtos do Polo, apesar da disponibilidade de dados referentes apenas aos anos de 2000 e 2002, pode-se verificar a natureza das empresas instaladas na região e a dificuldade subjacente em fomentar e criar estruturas de P&D no município e em seu entorno. De acordo com os dados coletados por Santos (2005) o mercado regional (local e estadual) tem baixa participação como destino de venda da produção do PII quando comparados com o mercado nacional, como pode ser verificado na Tabela 2. A explicação para esses dados é que

não se está em presença de firmas que se desenvolveram a partir de demandas das empresas localizadas na região. A maioria das firmas do Polo de Informática de Ilhéus nasceu com o foco no mercado nacional. Dois fatores parecem justificar essa

⁵ PIB per capita de Ilhéus entre R\$ 4.060,00 e R\$ 7.010,00. Município de Santa Rita do Sapucaí, PIB per capita entre R\$ 8.120,00 e R\$ 14.020,00.



orientação estratégica: o reduzido tamanho do mercado regional e o fato de muitas serem empresas que já eram atuantes no mercado nacional (SANTOS, 2005, p. 66).

Tabela 2 – Destino das vendas das empresas do Polo de Informática de Ilhéus – BA (%)*

Destino	Micro		Pequena		Média	
	2000	2002	2000	2002	2000	2002
Local (Ilhéus)	0,6	13,4	2,2	1,8	20,0	20,0
Estado	42,3	32,5	15,5	16,2	1,0	1,0
Brasil	57,0	52,9	76,7	76,2	79,0	79,0
Exportação	0,1	1,2	5,7	5,9	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Dentre as 43 empresas instaladas em 2002 o autor utilizou uma amostra de 29 empresas.

Fonte: Santos (2005, p. 66).

Além disso, Santos (2005, p. 68) destaca que “o setor de informática é fortemente dependente de transferência tecnológica, o que explica a baixa introdução de novos produtos para o mercado internacional – 5% para as micro e 10% para as pequenas empresas”. As inovações desenvolvidas no PII concentram-se no nível de: “criação de novas formas de acondicionamento dos produtos – frágeis e de alto valor, seguida das inovações nos desenhos dos produtos”. Percebe-se uma extrapolação do grau de dependência tecnológico no momento em que o autor identificou as fontes de informação utilizadas pelas empresas na geração de inovações. Dentre os dados obtidos, chamam atenção os seguintes:

o departamento de P&D da empresa foi considerado como sem importância por 64,7% das microempresas e por 60% das pequenas empresas; 64,7% das microempresas consideraram sem importância as universidades e centros tecnológicos como fonte de informação, sendo o percentual ainda maior para os institutos de pesquisa e centros de capacitação profissional, com 88,2% das empresas não apontando qualquer importância. Para as instituições que realizam testes, ensaios e certificações o percentual chegou a 94,1% (SANTOS, 2005, p. 71-72).

O alto grau de importância para o processo de inovação foi atribuído pelas microempresas às seguintes fontes de informação: 70,6% clientes e área de produção, 64,7% fornecedores, 58,8% feiras, exposições e lojas e 52,9% para áreas de vendas e marketing. As pequenas empresas também apresentaram uma percepção de alta importância dessas mesmas fontes (SANTOS, 2005). Muito provavelmente não se pode atribuir esse comportamento à falta de consciência dos empresários, mas às restrições contributivas que os interesses dos mesmos estabelecem na possível dinâmica de “industrialização” de Ilhéus.



Isto é, atende às expectativas dos atores presentes até o momento a continuidade do perfil de montadoras, quando seria conjuntamente promissor também o fomento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) – expandindo a agregação de valor ao produto por conhecimento embutido nos processos de produção. A isso não se atribui a inexistência de interesse dos empresários e demais atores envolvidos, mas a mudança de cenário exige parcerias sólidas e produtivas entre agentes do setor público, da iniciativa privada, de instituições de pesquisa e sociedade civil, no sentido de repensar os rumos do setor.

Nesse sentido, apesar do decreto 4.316/95 incentivar a atração de empresas para o município de Ilhéus, deixou brechas para a continuidade das falhas operacionais e de articulação observadas desde a instalação do Polo. Além disso, a não obrigatoriedade de investir em P&D na região dificulta a geração de processos estruturantes e dinamizadores da atividade. Uma mudança significativa se deu, segundo o SINEC (2014) com o decreto 14.033 de 2012, ao instituir que todas as empresas do PII deverão 0,25% do faturamento bruto anual em algum centro de pesquisa e desenvolvimento do estado da Bahia, a exemplo da UESC, Cepedi, Pronatec, incubadoras, dentre outros. No entanto, esses níveis de investimento não são acompanhados pelo sindicato, por considerarem “peculiares de cada empresa”.

5 ENTRAVES OPERACIONAIS: logísticos e infraestruturais

Dentre os entraves operacionais observados desde a implantação do Polo até o ano de 2003, recebeu destaque a dificuldade em contratar mão de obra especializada, principalmente para as pequenas e médias empresas que, no geral, se instalaram no início. Nesse caso, as microempresas foram beneficiadas pela entrada tardia. Em seguida, as duas dificuldades mais comuns para todas as empresas foi produzir com qualidade e obter capital de giro (SANTOS, 2005). De acordo com o relatório do Governo da Bahia (1999) o vetor de eletroeletrônicos tem vulnerabilidade logística em função da dependência de importação de peças e componentes, sofrendo prejuízos com a desvalorização cambial. Segundo o SINEC (2009), é importante destacar as inadequações logísticas não só como entraves operacionais, mas também como um desestímulo a novos entrantes. Diante das inadequações no porto e aeroporto em funcionamento no município de Ilhéus, ocorre um consequente deslocamento do eixo logístico, e Ilhéus deixa de arrecadar os impostos das movimentações de mercadorias (escoamento nacional, importação de peças e exportação de bens).



Na avaliação de Gentil Pires [presidente do SINEC], os dois maiores obstáculos que emperram a consolidação definitiva daquele complexo permanecem os mesmos de 12 anos atrás (o polo foi criado oficialmente por decreto estadual de 1995). O primeiro problema é relacionado à logística, ao recebimento de insumos e escoamento de nossos produtos. Como Ilhéus até hoje não possui um porto com rotas regulares de navios ‘contêineres’ e nem um aeroporto alfandegado, dependemos de Salvador ou de outras capitais (Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória) para a importação e exportação. Isso eleva nossos custos e prejudica a competitividade das indústrias locais”, equaciona. O outro grave entrave para o desenvolvimento do polo e atração de novas empresas, segundo Pires, está na esfera da educação, da capacitação profissional: Ilhéus e região não oferecem cursos técnicos (nível médio) e tecnológicos (superior) nas áreas de eletroeletrônicos. Nossas indústrias precisam importar mão de obra qualificada de outras praças. Isso desestimula novos investimentos. Se tivéssemos esses cursos aqui, a demanda seria alta, porque o estudante já teria praticamente assegurado estágio e emprego no polo, acredita (CORREIO DA BAHIA, 2007, p. 1).

Dentre as propostas do SINEC (2009) para a superação desses gargalos, pode-se citar algumas urgentes. No porto em funcionamento – realizar aprofundamento da área de atracação para 12 metros, construir mais 300m de cais e ampliar a área do retroporto (armazenagem) em 100 mil m²; sendo que esses benefícios não se limitariam a atender as necessidades do PII, mas também a outros produtos do estado como soja, carne, frutas, chocolate, minério, calçados e celulose, melhorando também as condições para atracamento de navios de cruzeiro (turismo).

Além disso, é solicitada a construção de um aeroporto internacional, com segurança e capacidade de movimentação de cargas industriais, com base alfandegária, garantindo o desembarço mais rápido no recebimento e venda de peças, materiais e produtos, por estar no mesmo município de operação das empresas. No que se refere ao transporte rodoviário de mercadorias, o SINEC (2009) evidenciou a demanda pela recuperação das rodovias que dão acesso ao município, como a duplicação da rodovia BA-415 (Ilhéus/Itabuna) e construção de um semi-anel rodoviário.

Ainda quanto aos entraves, a infraestrutura do Distrito Industrial, espaço onde a maioria das empresas está instalada, ainda é precária. É necessário recuperar a pista de rolamento, fazer novas terraplanagens para a oferta de terreno, melhorar a iluminação e a segurança, implantar saneamento básico adequado e melhorar a circulação de transporte público na área, como pode ser observado nas Figuras 2 e 3. Segundo a fonte, onde foi obtida a Figura 3, a precariedade das pistas teria gerado empecilhos, no ano de 2013, para a circulação de ônibus municipais no distrito, dificultando o acesso dos funcionários às empresas.



Figura 2 – Estado das pistas no Distrito Industrial.

Fonte: SINEC, 2009.



Figura 3 – Estado de uma das pistas principais de acesso às empresas do PII.

Fonte: Blog Pimenta (2013).

Além dos problemas infraestruturais, foi evidenciado ainda no ano de 1999, a necessidade de fomentar através de políticas públicas e acordos fiscais, a verticalização de segmentos na produção de componentes como, por exemplo: “frame de isopor (proteção



interna das embalagens), caixas de papelão, sacos plásticos, etiquetas, manuais impressos, monitores, placas impressas, chassis, memórias, cabos, conectores, gabinetes, fontes, estabilizadores e teclados” (GOVERNO DA BAHIA, 1999, p. 6) adquiridos no mercado nacional. De acordo com o então presidente da Bitway, Martial Câmara, o setor chegou a ficar cinco meses sem montar computador pela falta de placas-mãe no Brasil. No país apenas três indústrias fabricam a peça. As empresas sofrem também com a falta de componentes como o HD (Hard Disk) e processadores, assim como os gravadores de DVD, só encontrados na Ásia (OLIVEIRA; PITOMBO, 2009). No exterior, os principais centros de importação de peças são os Estados Unidos e Taiwan. “Existem empresas [no PII] que importam mais de 90% dos seus componentes no mercado externo e geralmente de um único fornecedor” (GOVERNO DA BAHIA, 1999, p. 6).

Segundo Oliveira e Pitombo (2009), ao reivindicarem apoio do Governo da Bahia, o Secretário da Indústria e Comércio, Rafael Amoedo, argumentou que a queda na arrecadação do Estado desencadeou redução das expectativas de investimento, prometendo apenas a aplicação de R\$ 2 milhões em melhorias infraestruturais. No entanto, as melhorias solicitadas não foram executadas. As empresas ficaram descapitalizadas e os planos de crédito emergenciais concedidos eram limitados e com altas taxas de juros, como as praticadas em bancos privados, não estimulando a adesão dos empresários, segundo justificativa de Gentil Pires, presidente do SINEC. Argumentou também que as ações têm figurado como paliativos. Afirmou ainda que o funcionamento do Polo exige grande dinamicidade, principalmente na movimentação de cargas. Exemplificou a necessidade de capital de giro e financiamentos através da produção de *laptops* (computadores portáteis): “para cada R\$ 1 milhão faturado com *laptop*, são necessários R\$ 5 milhões de capital de giro para importar componentes”.

Quanto ao perfil funcional e organizacional do Polo de Informática, Santos (2005) avalia que apesar de não atender a todas as prerrogativas necessárias, pode ser considerado um arranjo produtivo local frágil, “em estado embrionário, pois alguns elementos estão pouco desenvolvidos ou são inexistentes” (SANTOS, 2005, p. 83), mas não pode ser considerado como um sistema produtivo local. Para alcançar essa conclusão, o autor fez uso complementar, em sua pesquisa, da concepção concorrencial, a fim de encontrar justificativas para a instalação de empresas (com perfil de montadoras) num espaço vulnerável em aspectos logísticos e infraestruturais. A esse respeito, a questão concorrencial atribuiria o peso da atratividade da isenção fiscal prolongada como forma de reduzir custos de produção e competir por preços. Além disso, possibilita que recursos que seriam alocados em cobranças



tributárias, sejam revertidos para investimento na base produtiva ou aprimoramento de processos de produção.

Conforme Vargas (2002) citado por Santos (2005, p. 50, grifo nosso) os sistemas produtivos locais seriam “aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, operando em atividades correlacionadas e que apresentam *vínculos expressivos* de articulação, interação, cooperação e aprendizagem”. Além disso, dessa interdependência com vínculos consistentes espera-se como efeitos constantes “interação, cooperação e aprendizagem, *com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local*” (ALBAGLI; BRITO, 2003 citados por SANTOS, 2005, p. 50, grifo nosso). Na concepção de arranjo produtivo local é mais fluida a noção de integração na rede, não sendo esperados vínculos sólidos. Assim,

um arranjo produtivo local corresponde a uma aglomeração de empresas ou associações próximas territorialmente, agrupadas com o objetivo de realizar atividades produtivas em comum, *onde se observa uma integração (mesmo que incipiente)* entre empresas, governo, universidades, centros de treinamento, órgãos de pesquisa e financiamento. Esse tipo de interação rende aos participantes benefícios como redução de custo na produção, acesso a novos mercados e tecnologias, aumento do poder de barganha e troca de experiências (SANTOS, 2005, p. 49).

Partindo desses pressupostos e de resultados de pesquisa, Santos (2005) infere a constituição frágil do Polo de Informática de Ilhéus a partir das seguintes características:

- 1) A competitividade atual do PII apoia-se, unicamente, em incentivos fiscais e no custo da mão de obra e não em fatores sistêmicos.
- 2) As desvantagens locacionais mais salientes são: o mercado consumidor limitado, a baixa complementaridade entre as empresas, a ausência de centros de pesquisa e a carência de mão de obra qualificada.
- 3) A natureza dos vínculos existentes entre os atores indica que os desenhos institucionais apresentam um alcance limitado no sentido de engajá-los em esquemas de cooperação mútua ou em processos de aprendizado interativo.
- 4) Inexiste uma instituição capaz de reter e desenvolver o processo de governança. Tais características colocam em xeque o futuro do Polo de Informática de Ilhéus. Sua sustentabilidade, no longo prazo, está condicionada a uma maior capacidade de articulação e negociação dos atores locais com outras instâncias com o objetivo de diminuir deficiências, estimular encadeamentos e, assim, gerar maior eficiência econômica (SANTOS, 2005, p. 83).

Mesmo na condição de arranjo produtivo, fase inicial de um sistema produtivo estruturado, pode-se considerar que o PII demonstrou potencial de expansão e ampliação da contribuição na geração de emprego, renda e tributos, bem como poderia possibilitar a



dinamização da economia local. No entanto, a falta de empenho dos poderes públicos, estadual e municipal, em estruturar, planejar e articular diversas esferas em prol da expansão do Polo tornou-se um ponto crítico para a mudança do perfil restritivo de instalação e manutenção de empresas com perfil único de montadoras. A confiança excessiva depositada na atratividade fiscal, além de frágil, é temporária, durando apenas enquanto os benefícios e isenções estiverem sendo interessantes do ponto de vista dos custos de produção, não gerando nenhum tipo de vínculo com o espaço ocupado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados apresentados acerca da trajetória do PII, observa-se que pouco foi feito, em nível estadual e municipal, para estruturar o Polo. O decreto instituído e a guerra fiscal deveriam ter sido encarados apenas como instrumentos imediatistas de atração. Posteriormente, caso houvesse um interesse real de interiorização do desenvolvimento, através da expansão industrial, historicamente concentrada na região metropolitana de Salvador, o PII teria que ser acompanhado por um planejamento estratégico, criando condições não só para a manutenção e atração de novas empresas com perfil de montadoras, mas também fomentar a articulação entre mercado, poder público e instituições de pesquisa, para o fomento de P&D. No entanto, a incipiente atuação do governo do estado demonstra que esse não era o objetivo. Mais uma vez uma política pública foi desenvolvida e não foi acompanhada.

Uma crítica que pode ser apresentada acerca da estruturação do Polo é a falta de acompanhamento detalhado do desempenho do PII pelos órgãos gestores locais e sindicatos, visto que não se consegue obter dados organizados e diversificados, que sejam capazes de traduzir fielmente a trajetória do PII. Tal fato sugere que as empresas costumam atuar individualmente, cadastrando-se para usufruir dos benefícios fiscais, sem ter havido muita preocupação dos gestores locais com a contrapartida das empresas e os impactos das saídas das mesmas quando os incentivos deixam de ser relevantes. Mesmo com o potencial de faturamento e arrecadação do PII, observados ao longo do tempo, após 19 anos de sua implantação, observam-se as mesmas reclamações quanto às fragilidades logísticas e infraestruturais. O que se percebe é uma sucessão de ações imediatistas, de efeito positivo temporário e desconexas, que acabam gerando custos econômicos e sociais e pouco



enraizamento de benefícios para reprodução da dinâmica econômica e social futura do município.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica do Nordeste**: o espaço e a economia nordestina. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

BALANCO, Paulo; NASCIMENTO, Marcelo Xavier do. Uma análise exploratória da desconcentração e da reestruturação da indústria baiana no período de 1990-2000. **Revista Desenhahia**. Salvador-BA: Desenhahia, Solisluna, v.2, n. 3, set./2005. p. 35-59.

Blog Pimenta. **A Pista de rally do Polo de Informática**. Ilhéus-Bahia, set. 2013. Disponível em: <<http://www.pimenta.blog.br/tag/polo-de-informatica-de-ilheus/>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

CARVALHO, Railda Conceição Alves Simões. **Fatores relevantes na dinâmica do Distrito Industrial de Ilhéus**. Monografia. 110f. (Especialização em Economia Regional. Faculdade de Economia). Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ilhéus-BA: UESC, 1998.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **A era da indústria**: a economia baiana na segunda metade do século XX. Salvador-BA: FIEB, 2008.

CORREIO DA BAHIA – Acha Notícias. Produção de computadores em Ilhéus deve crescer 50%. Disponível em: <<http://intejournal.com.br>>; <<http://achanoticias.com.br>>. 06 abr. 2007.

GOVERNO DA BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. **Polo de Ilhéus**: avaliação e perspectivas. Superintendência de Planejamento Estratégico. Elaboração: Diretoria de Avaliação de Políticas Públicas. Sumário executivo. Governo da Bahia, set./1999. 19 p.

MENEZES, Vladson. O comportamento recente e os condicionantes da evolução da economia baiana. **Tendências da economia baiana**. Salvador-BA: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 2000. p. 23-56.



OLIVEIRA, Ana Cristina; PITOMBO, João Pedro. **Polo de Informática de Ilhéus mergulha em sua pior crise**. Jornal A Tarde. Ano 98, nº 32.974. Salvador-BA, domingo, 19 jul. 2009.

PESSOTI, Gustavo Casseb; SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais. **Revista Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n.162, p.36-49, jan./mar. 2009.

SANTOS, Luciano Damasceno. **Concorrência e cooperação em arranjos produtivos locais: o caso do Polo de Informática de Ilhéus/BA**. Dissertação. 159f. (Mestrado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA: UFBA, 2005.

SILVA, Rita de Cássia Dantas da. **Análise do sistema de incentivos fiscais aplicados no Polo de Informática de Ilhéus**. Monografia. 45f. (Faculdade de Economia). Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ilhéus-BA: UESC, 2001.

SINEC – Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos, Computadores, Informática e Similares de Ilhéus e Itabuna. **Dados sobre o Polo de Informática**. Obtidos através de e-mail. Ilhéus-BA: SINEC, 26 ago. 2009.

SINEC – Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos, Computadores, Informática e Similares de Ilhéus e Itabuna. Registros sobre o Polo de Informática. Ilhéus-BA: SINEC, 2013.

SINEC – Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos, Computadores, Informática e Similares de Ilhéus e Itabuna. **Dados sobre o Polo de Informática**. Registros de reunião realizada com o NIT/UESC. Ilhéus-BA: SINEC, 2014.